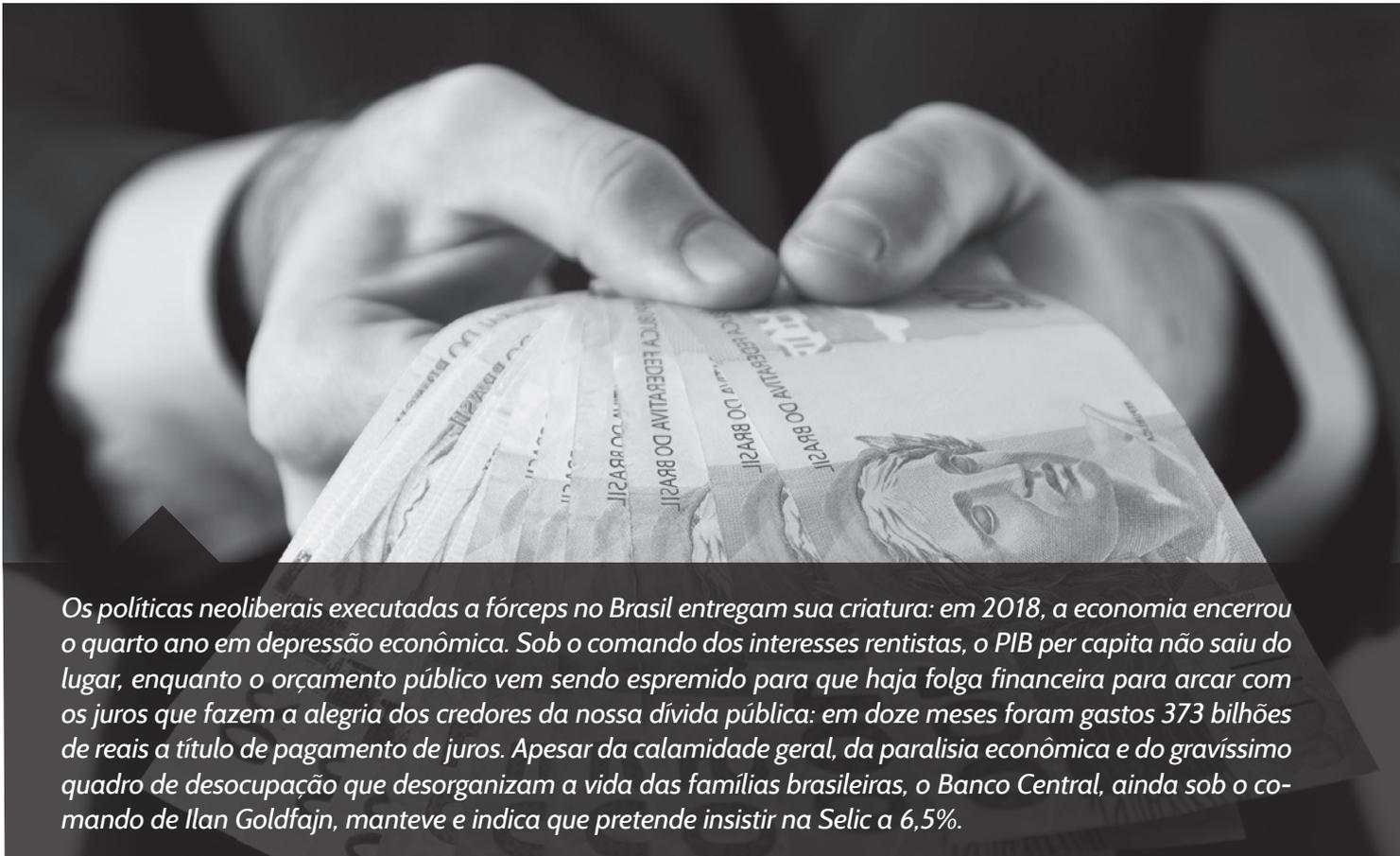


ECONOMIA



Os políticas neoliberais executadas a fórceps no Brasil entregam sua criatura: em 2018, a economia encerrou o quarto ano em depressão econômica. Sob o comando dos interesses rentistas, o PIB per capita não saiu do lugar, enquanto o orçamento público vem sendo espremido para que haja folga financeira para arcar com os juros que fazem a alegria dos credores da nossa dívida pública: em doze meses foram gastos 373 bilhões de reais a título de pagamento de juros. Apesar da calamidade geral, da paralisia econômica e do gravíssimo quadro de desocupação que desorganizam a vida das famílias brasileiras, o Banco Central, ainda sob o comando de Ilan Goldfajn, manteve e indica que pretende insistir na Selic a 6,5%.

Nível de Atividade

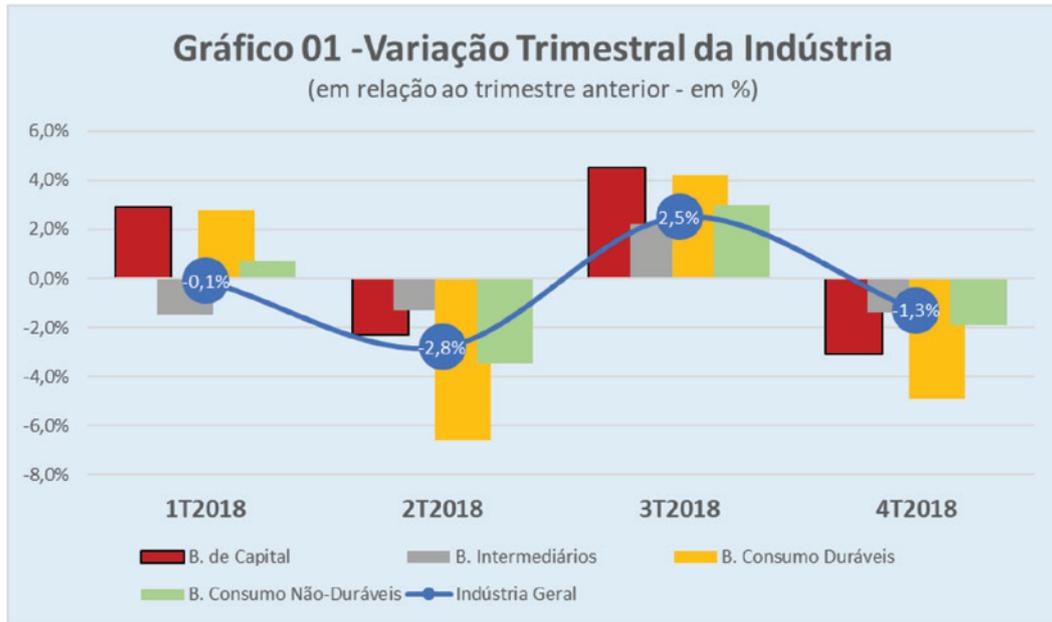
O ano de 2018 terminou com a economia brasileira em franco e generalizado processo de desaceleração. No quarto trimestre, a atividade econômica perdeu força em relação ao trimestre imediatamente anterior e, por conseguinte, o PIB deve fechar o ano apenas ligeiramente acima de 1% (os dois principais indicadores antecedentes, IBC-Br e Monitor da FGV apontaram respectivamente um crescimento de 1,15% e 1,1%, ou seja, menor do que a taxa de 2017 (1,3%) e quase dois terços a menos do que era previsto pelo mercado e pelas autoridades econômicas há apenas doze meses a, em fevereiro de 2018.

Considerando os diferentes setores de atividade econômica, as vendas do varejo foram as principais responsáveis por manter o crescimento do PIB ainda no campo positivo em 2018. Apesar de ter ficado estagnado no trimestre encerrado em dezembro último, o volume das vendas no varejo cresceu 2,3% ao longo do ano, especialmente impulsionadas pela boa recuperação das vendas de veículos

automotores, cujo crescimento anual foi de 15,1%, notadamente intenso no primeiro quarto do ano.

Por outro lado, o volume das atividades dos serviços e a produção física industrial registraram resultados decepcionantes em 2018, frustrando aqueles que apostavam na recuperação mais robusta da economia no último ano de governo de Michel Temer.

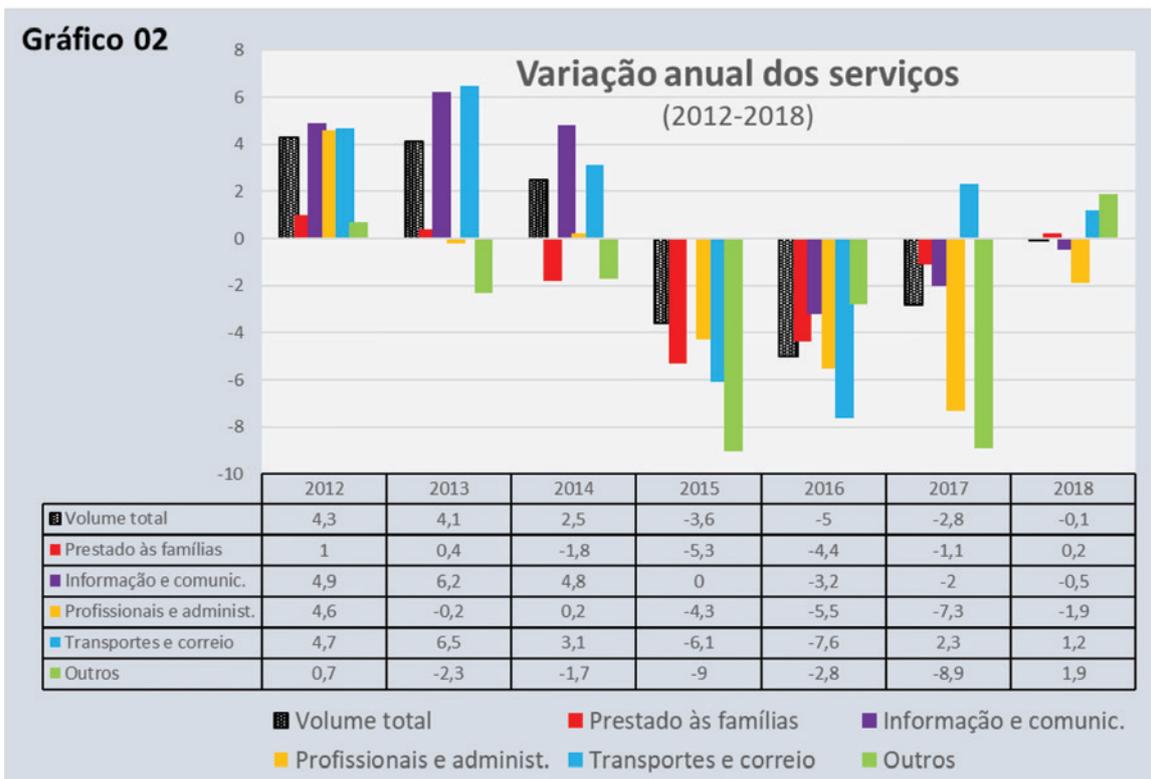
No que tange especificamente ao setor industrial, embora no ano tenha sido registrado um leve crescimento de 1,1%, o comportamento do conjunto das atividades industriais foi bastante errático ao longo do período. Como se pode perceber no comparativo entre os quatro trimestres de 2018 (veja gráfico 1) depois de ter ocorrido uma queda generalizada da produção industrial no segundo trimestre (em decorrência direta da crise dos combustíveis), seguiu-se um ensaio de recuperação no terceiro trimestre e depois uma nova contração no quarto trimestre do ano, puxada especialmente pelos segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis.



Fonte: IBGE (PIM) – Dados dessazonalizados.

Já no setor de serviços, os dados anuais apurados pelo IBGE referentes aos doze meses encerrados em dezembro de 2018 confirmaram a trajetória cadente do volume de atividade do setor (-0,1%). Com esse resultado o setor já acumula uma queda de 10,3% nos últimos quatro anos, especialmente grave porque se concentra nos serviços ligados

às atividades das corporações empresariais. Como se pode observar no gráfico 2, tanto os serviços de informação e comunicação, quanto especialmente os serviços profissionais e administrativos, apresentaram expressivas retrações nos últimos três anos, registrando ainda em 2018 quedas de 0,5% e 1,9% respectivamente.



Fonte: IBGE (PIM) – Dados dessazonalizados.

Por fim, o setor agropecuário, que foi o principal motor da economia no ano de 2017 e para o qual se estimava um crescimento de 5%, deve fechar 2018 com um crescimento mais modesto, com o volume de produção avançando apenas 2,07% e uma provável queda da renda do setor estimada em 0,5%.

Em conjunto, o comportamento dos diferentes setores de atividade econômica registrado no último mês de 2018 indica uma baixa capacidade de impulsionamento da economia neste início de 2019, com um carregamento estatístico (*carring over*) muito reduzido.

Inflação e política monetária

Como decorrência direta da anemia econômica, do elevado desemprego e da resiliência dos spreads bancários frente à queda da demanda, a inflação brasileira permanece em patamar bastante baixo, com o IPCA-15 de fevereiro (índice que serve de prévia da inflação mensal do IBGE) registrando uma taxa 0,34%, a menor taxa para o mês desde 1995. Com isso, a inflação acumulada nos últimos doze meses alcançou 3,73%, portanto, bastante abaixo da meta perseguida pelo Banco Central (4,25%).

Estranhamente, contudo, a diretoria do Banco Central, que se reuniu pela última vez nos dias 5 e 6 de fevereiro, continua apegada a seu propósito de manter a Selic a 6,5% a.a., a despeito dos reclames de alguns economistas do próprio mercado financeiro que não enxergam razões propriamente monetárias que justifiquem o atual patamar de juros.

Para o ano, considerando a persistência da elevada ociosidade no setor industrial (de 25%), as altas taxas de desemprego (11,6%) e de subutilização da força de trabalho (23,9%) e ainda a leve valorização cambial registrada no início de 2019 (5,5%), é de se esperar que as taxas de inflação continuem bem comportadas, mantendo-se ainda por um bom tempo abaixo do centro da meta. Não por outra razão, os consultores do *Boletim Focus* estimam que o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) termine 2019 em 3,87%.

Comércio Exterior

Os números do comércio exterior brasileiro neste

início de ano indicam uma tendência de queda do nosso saldo comercial que, muito provavelmente, deverá se confirmar nos próximos meses, seja por conta da recente valorização do real – que segundo o *Boletim Focus* manterá o dólar no patamar de 3,70 reais até o final do ano – seja porque o processo de desaceleração da economia mundial tem levado a uma queda nos preços das principais commodities de nossa pauta exportadora.

Considerando-se os resultados acumulados desde o início do ano até a terceira semana de fevereiro, a média das exportações por dia útil caiu 3,2% em relação às médias diárias do mesmo período de 2018, enquanto a das importações saltou 8%. A partir destas tendências, as estimativas do mercado para o ano projetam um saldo comercial anual para 2019 de 50,5 bilhões de dólares, o que representaria uma queda de aproximadamente 6% sobre o resultado de 2018, o qual por sua vez, já havia sido 16,3% inferior ao superávit recorde de 2017.

Contas Públicas

A gestão da política fiscal centrada na obsessão com a austeridade mais uma vez mostrou seu lado disfuncional em 2018, seja por seu caráter contra-protuberante – os cortes de gasto em uma economia deprimida tiram vigor da demanda, reduzindo o potencial de arrecadação –, seja porque coloca em risco o bom funcionamento da administração estatal, ameaçando a oferta de serviços públicos essenciais.

Apesar dos constrangimentos impostos aos gastos correntes (teto de gastos e contingenciamentos exagerados) e a incrível incapacidade do governo federal para executar o tímido orçamento a que havia se proposto, a dívida bruta do governo geral cresceu 2,6 p.p. em 2018, saltando de 74,1% do PIB para 76,7%.

Considerando o que se chama de setor público consolidado (três níveis de governo + empresas estatais) no ano de 2018 o déficit primário (i.e., sem considerar as despesas financeiras) alcançou 1,57% do PIB enquanto o déficit nominal (que inclui as despesas financeiras) atingiu 7,09% do PIB. Ou seja, parte significativa daquilo que a mídia corporativa gosta de chamar de “rombo das contas pú-

blicas” deve-se ao montante de juros pagos pelo setor público brasileiro ao longo de 2018, que correspondeu a 5,52% do PIB e totalizou 373 bilhões de reais. Vale lembrar que a previdência pública urbana – isto é, aquela que efetivamente funciona como um sistema de repartição – registrou no mesmo período um déficit muito menos significativo, de 81,4 bilhões de reais.

Por fim, cabe registrar que o resultado fiscal de 2018 contou com um significativo crescimento das receitas não administradas pela Receita Federal, notadamente os royalties sobre venda de petróleo do pré-sal, e também com um aumento das receitas recorrentes que cresceram 3% em termos reais, alcançando um total de 1,1 trilhão de reais.